



Grupo Caixa Geral de Depósitos

Fundo Especial de Investimento Aberto

## CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

# 2012

## Relatório e Contas

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	1
ECONOMIA PORTUGUESA.....	4
MERCADO DE CAPITALIS .....	5
MERCADO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS.....	8
ACTIVIDADE DO FUNDO .....	9
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS .....	11

CAIXAGEST – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.

Av. João XXI, 63- 2º Piso 1000-300 Lisboa ☐ Telefone: 21 790 5457 ☐ Fax: 21 795 02 26

Número único de Pessoa Coletiva e Matrícula Comercial 502.454.563 ☐ Capital Social realizado 9.300.000 Euros

## RELATÓRIO DA GESTÃO

### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia mundial voltou a expandir-se em 2012, embora tenha registado o segundo ano sucessivo de abrandamento. A conjuntura económica internacional continuou condicionada por um crescimento modesto da atividade no setor industrial, reflexo da fraca procura, nomeadamente por parte das principais economias, e consequente desaceleração das transações de comércio internacional.

A procura manteve-se condicionada, em diversos casos, pelo ambiente de desalavancagem, quer de empresas, quer sobretudo de famílias, nomeadamente nas regiões desenvolvidas, e pela ausência de tração dos estímulos monetários, quer convencionais, quer não convencionais, à economia real.

Adicionalmente, com o rácio de dívida sobre o PIB a atingir, em diversos casos, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial, vários Governos continuaram a ser forçados a seguir políticas orçamentais restritivas, procurando alcançar saldos orçamentais primários positivos que permitam inverter a tendência de subida da dívida pública, atribuindo-lhe assim um caráter de sustentabilidade. Nas poucas economias em que se assistiu a algum estímulo orçamental, o impacto no crescimento não foi significativo, uma vez que o setor privado manteve uma toada de contração do consumo.

O ano de 2012 ficou marcado pela propagação da crise da dívida soberana no seio da Europa, após o contágio da mesma à dívida italiana e espanhola, situação agravada ainda pelas incertezas políticas em alguns países, pelo pedido de assistência ao setor financeiro por parte de Espanha, e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, mesmo após o processo de reestruturação da dívida pública daquele Estado Membro ainda durante o 1º trimestre de 2012. Com o receio dos investidores acerca da situação das finanças públicas a agravar-se até meados do ano, alguns Governos reforçaram as medidas de austeridade.

Os responsáveis governamentais e dos bancos centrais continuaram, em 2012, a implementar medidas para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica, medidas que acabaram por despoletar uma evolução mais favorável do sentimento durante a segunda metade do ano.

Na Europa, a nível dos Governos, destaque para os novos compromissos no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas, de fiscalização orçamental, e de aumento do poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, desta feita junto do setor bancário, tendo para isso sido dados os primeiros passos com vista à criação de um mecanismo único de supervisão bancária.

A nível da política monetária, realce para a introdução de novos estímulos, nomeadamente o anúncio da criação, por parte do Banco Central Europeu (BCE), do programa Transações Monetárias Definitivas (na sigla inglesa, OMT - Outright Monetary Transactions), o novo mecanismo de intervenção do banco central no mercado da dívida, assim como a decisão de reduzir a principal taxa diretora para um mínimo de 0.75% em julho, e, para a realização de um segundo leilão de cedência de liquidez a 3 anos, em fevereiro.

Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro e anunciou a aquisição de títulos de dívida hipotecária, enquanto no Japão o banco central aumentou, por seis vezes, a dimensão do programa de compra de ativos financeiros.

Apesar disso, ao longo do ano, as estimativas de crescimento económico das instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, foram sucessivamente sido revistas em baixa, em conformidade com a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo. Na atualização mais recente das estimativas económicas, em janeiro de 2013, o FMI estimava que a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, percentagem inferior aos 3,3% estimados em setembro de 2012. O FMI continuou a alertar para o fato dos diversos riscos, quer de natureza orçamental, quer financeira, serem ainda muito elevados, embora tenha reconhecido que, caso não se materializem, e caso as condições financeiras continuem a melhorar, o crescimento pode vir a ser mais elevado do que o atualmente previsto para 2013.

De acordo com o Eurostat, o crescimento na Área Euro em 2012 terá voltado a contrair, desta feita -0,4%, tendo a economia voltado a cair em recessão pela segunda vez em quatro anos. Esta retração assentou, primordialmente, na procura doméstica.

Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, que terão averbado uma contração. Quanto aos restantes Estados Membros da Área Euro, nomeadamente os principais, embora tenham crescido, registaram fortes abrandamentos. O desemprego na região continuou a aumentar em 2012, tendo a taxa de desemprego atingido 11,8%, perto do final do ano, o nível mais elevado desde o verão de 1990.

### INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxas de variação (%)		Taxas (%)		Taxas (%)	
	PIB		Inflação (b)		Desemprego (b)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
<b>União Europeia (a)</b>	<b>1.5</b>	<b>-0.3</b>	<b>3.1</b>	<b>2.7</b>	<b>9.7</b>	<b>10.5</b>
Área do Euro	1.4	-0.4	2.7	2.5	10.1	11.3
Alemanha	3.0	0.7	2.5	2.1	5.5	5.5
França	1.7	0.2	2.3	2.3	9.6	10.2
Reino Unido	0.9	-0.3	4.5	2.7	8.0	7.9
Espanha	0.4	-1.4	3.1	2.5	21.7	25.1
Itália	0.4	-2.3	2.9	3.3	8.4	10.6
<b>EUA</b>	<b>1.8</b>	<b>2.3</b>	<b>3.1</b>	<b>2.0</b>	<b>9.0</b>	<b>8.2</b>
<b>Japão</b>	<b>-0.6</b>	<b>2.0</b>	<b>-0.3</b>	<b>0.0</b>	<b>4.6</b>	<b>4.5</b>
<b>Rússia</b>	<b>4.3</b>	<b>3.6</b>	<b>8.4</b>	<b>5.1</b>	<b>6.5</b>	<b>6.0</b>
<b>China</b>	<b>9.3</b>	<b>7.8</b>	<b>5.4</b>	<b>3.0</b>	<b>4.1</b>	<b>4.1</b>
<b>Índia</b>	<b>7.9</b>	<b>4.5</b>	<b>10.2</b>	<b>9.6</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>Brasil</b>	<b>2.7</b>	<b>1.0</b>	<b>6.6</b>	<b>5.2</b>	<b>6.0</b>	<b>6.0</b>

Fontes: FMI: World Economic Outlook - Update - Janeiro de 2013

(a) Comissão Europeia: European Economic Forecast - Novembro de 2012

(b) FMI: World Economic Outlook - Setembro de 2012 (para os países não membros da UE)

n.d. – não disponível

Nos EUA, apesar da crescente incerteza relacionada com o forte ajustamento orçamental previsto para 2013, o crescimento teve um contributo positivo para o sentimento dos investidores, tendo a atividade mantido um ritmo de expansão ligeiramente acima do inicialmente esperado. Destacou-se a substancial melhoria do mercado habitacional, quer ao nível de preços, quer ao nível de vendas.

Embora os níveis de crescimento mais elevados tenham sido registados pelas economias emergentes, este bloco evidenciou também algum abrandamento no decurso de 2012, sobretudo na segunda metade do ano. O mesmo foi, por um lado, resultado do enfraquecimento dos seus principais parceiros comerciais e, por outro, das políticas macroeconómicas de contenção implementadas ainda durante 2011, a fim de prevenir o aparecimento de pressões inflacionistas.

Assim, em 2012, em muitas destas economias as políticas monetárias foram novamente objeto de ajustamento, desta feita no sentido expansionista.

## INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

Taxas de variação (%)	União Europeia		Área do Euro	
	2011	2012	2011	2012
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>1.5</b>	<b>-0.3</b>	<b>1.4</b>	<b>-0.4</b>
Consumo privado	0.1	-0.6	0.1	-1.0
Consumo público	-0.1	0.0	-0.1	-0.2
FBCF	1.4	-2.2	1.5	-3.5
Procura Interna	0.3	-0.7	0.3	-1.3
Exportações	6.4	2.2	6.3	2.5
Importações	4.1	0.1	4.2	-0.5
Taxas (%)				
Taxa de Inflação (IHPC)	3.1	2.7	2.7	2.5
Taxa de desemprego	9.7	10.5	10.1	11.3
Saldo do Setor Púb. Adm. (% do PIB)	-4.4	-3.6	-4.1	-3.3

Fonte: Eurostat

Valores de 2012: Comissão Europeia: European Economic Forecast - novembro de 2012

Comissão Europeia: European Economic Forecast - novembro de 2012

No bloco asiático voltou a assistir-se às maiores taxas de expansão. Ainda assim, a atenção dos investidores esteve centrada quer na China, onde no verão o crescimento económico registado foi o mais baixo desde o início de 2009, quer no Japão, onde a atividade voltou a terreno negativo.

Destaque ainda para o desempenho da economia brasileira, cuja expansão foi muito inferior à esperada. O Banco Central do Brasil destacou-se, aliás, ao decretar sete reduções da taxa diretora, enquanto, por seu lado, o governo anunciou novos estímulos ao consumo e ao investimento.

Em 2012, a nível global, a inflação não constituiu um obstáculo à implementação de medidas de estímulo à economia, uma vez que se observou uma tendência de moderação, enquanto as expectativas para a evolução do nível dos preços permaneceram ancoradas.

Na Área Euro, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma taxa de variação média de 2,5%, abaixo dos 2,7% de 2011, tendo o principal contributo para o arrefecimento dos preços vindo da componente energética.

## ECONOMIA PORTUGUESA

No decurso de 2012 prosseguiu o processo de ajustamento da economia portuguesa caracterizado pela redução das necessidades de financiamento líquidas dos diversos setores da economia, bem como pelo ajustamento do balanço dos bancos através do aumento dos rácios de solvabilidade e da redução dos rácios de transformação.

A atividade económica, nos primeiros três trimestres de 2012, decresceu -3,0%, se comparada com o mesmo período de 2011, tendo-se assistido a variações negativas em cadeia nos três períodos já conhecidos. Este desempenho resultou do contributo negativo do consumo privado, do consumo público e do investimento, atenuado apenas pelo desempenho das exportações líquidas.

### INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Taxas de variação (%)	2010	2011	2012 (a)
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>1.4</b>	<b>-1.7</b>	<b>-3.0</b>
Consumo privado	2.1	-4.0	-5.9
Consumo público	0.9	-3.8	-3.3
FBCF	-4.1	-11.3	-14.1
Procura Interna	1.8	5.8	n.d.
Exportações	8.8	7.5	4.3
Importações	5.4	-5.3	-6.6

Taxas (%)	2010	2011	2012 (a)
Taxa de Inflação (IHPC)	1.4	3.7	2.8
Taxa de desemprego	10.8	15.5	16.4
Défice do SPA (% do PIB)	-9.8	-4.4	-5.0
Dívida Pública (% do PIB)	93.5	108.1	119.1

Fonte: INE

(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2013, outubro de 2012

Quer o consumo privado, com uma queda de -5,8%, quer o consumo público, que contraiu -4,3%, contribuíram para o decréscimo da atividade económica durante o período em causa. Tal deveu-se, em parte, à política orçamental contracionista num contexto de implementação do Programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal. Também se assistiu a um agravamento da confiança dos consumidores, tendo este sido evidente no terceiro trimestre.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) diminuiu -14,9%, com forte expressão na componente da construção e de equipamento de transporte. Tal foi consequência, sobretudo, do nível de atividade económica e do decréscimo do investimento público.

Registe-se o comportamento do comércio internacional. Por um lado, as exportações cresceram 9,3%, por outro lado, as importações diminuíram -3,0%. Apesar do abrandamento da economia mundial, observou-se um aumento da quota das exportações portuguesas ao longo de 2012. As exportações destinadas ao mercado extracomunitário aumentaram 24,5%. Por seu lado, a queda das importações deveu-se, sobretudo, à contração da procura interna.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, nos primeiros 11 meses de 2012, uma taxa de variação média de 2,8%, 0,3 pontos percentuais acima da Área Euro. Esta resultou, em parte, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indiretos, nomeadamente, o IVA.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve a tendência de subida em 2012. Em termos médios, esta fixou-se em 15,7%, sendo a população desempregada de 923,2 mil indivíduos, um aumento de 19,7% face ao mesmo período de 2011.

## MERCADO DE CAPITAIS

As incertezas derivadas da questão da dívida soberana europeia, herdadas dos anos anteriores, continuaram a constituir o principal obstáculo à retoma da confiança dos investidores e demais agentes na recuperação económica durante grande parte de 2012, sobretudo após os indícios de que os efeitos dessas dívidas se propagaram a Estados Membros da Área Euro de maior dimensão. A evidência de abrandamento das regiões emergentes, sobretudo do leste europeu, elevou ainda os receios quanto ao crescimento da economia global.

As organizações internacionais e os bancos centrais reviram em baixa as estimativas de crescimento nessa altura e, em alguns casos, decretaram reduções de taxas de juro diretoras, dado que também a inflação moderou em diversos blocos. A atuação dos Bancos Centrais, de carácter convencional e não convencional, e a promessa de adição de novos estímulos económicos, nos quais se enquadra o anúncio dos detalhes do novo programa de aquisição de dívida no mercado secundário pelo BCE (OMT), contribuíram de forma decisiva para que os mercados de capitais encerrassem 2012 a evidenciar fortes sinais de estabilização, isto apesar da incerteza relacionada com a situação das finanças públicas dos EUA, tema que foi ganhando protagonismo durante a 2ª metade do ano.

As perspetivas mais positivas com que se encerrou 2012, em termos da resolução da crise da dívida europeia, prenderam-se não com qualquer melhoria dos dados económicos, mas sim com o reforço da coordenação das políticas das autoridades europeias no sentido da estabilização e fortalecimento da União Monetária. A evidência de que os decisores deram os primeiros passos para a criação de uma União Bancária, o reforço da sustentabilidade orçamental, e um conjunto de novas medidas adotadas pelo BCE constituíram ações nesse sentido.

Embora a economia da Área Euro tenha voltado a cair em recessão em 2012, a divulgação de indicadores económicos positivos nos EUA e na China contribuíram, em adição, para que o sentimento de mercado recuperasse nos últimos meses do ano.

Ainda no 3º trimestre de 2012, de acordo com o FMI, a atividade económica mostrou uma melhoria modesta. A aceleração do crescimento foi maior nas economias emergentes, bem como nos EUA, onde o desempenho foi um pouco acima do previsto.

Apesar dos riscos e das incertezas, o ano de 2012, sobretudo devido aos últimos meses, pautou-se por uma elevada contração nos prémios de risco da grande maioria das diferentes classes de ativos que, no cômputo anual, apresentaram rendibilidades positivas. Os fluxos de capitais permaneceram fortes, sobretudo nas economias emergentes.

### Mercado Acionista

Após um início de ano com tom positivo, o mercado acionista encetou uma forte queda durante o segundo trimestre de 2012, afetado pelos indícios de propagação da crise da dívida soberana europeia a países de maior dimensão, nomeadamente à Espanha e à Itália, pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, bem como pelas preocupações acerca das necessidades de recapitalização da banca espanhola, e ainda pelo impasse político em alguns países da Área Euro.

O reforço das medidas de estímulo ao crescimento económico, por parte das autoridades monetárias de diversos países, incluindo reduções das taxas de juro diretoras, pelo imperativo de assegurar o fluxo de crédito à economia, o desempenho positivo a que se foi assistindo em termos dos lucros das empresas e alguma retoma da atividade económica, nomeadamente dos EUA e da China na fase final do ano, levou a que o mercado retomasse a tendência de subida ao longo do segundo semestre de 2012, tendo sido possível encerrar o ano com valorizações positivas dos principais índices.

Durante o ano assistiu-se a momentos muito díspares de valorização. Nos EUA, os ganhos mais salientes estiveram concentrados sobretudo na primeira metade de 2012, enquanto na Europa a valorização maior aconteceu durante o segundo semestre. Destaque para o PSI20 português que embora tenha registado uma subida de 2.9%, até final de novembro averbava ainda uma desvalorização.

	ÍNDICES BOLSISTAS			
	2011		2012	
	Índice	Varição	Índice	Varição
Dow Jones (Nova Iorque)	12217,56	5,5%	13104,14	7,3%
Nasdaq (Nova Iorque)	2605,87	-1,8%	3019,514	15,9%
FTSE (Londres)	5572,28	-5,6%	5897,91	5,8%
NIKKEI (Tóquio)	8455,35	-17,3%	10228,92	21,0%
CAC (Paris)	3159,81	-17,0%	3641,07	15,2%
DAX (Frankfurt)	5898,35	-14,7%	7612,39	29,1%
IBEX (Madrid)	8566,30	-13,1%	8167,50	-4,7%
PSI-20 (Lisboa)	5494,27	-27,6%	5655,15	2,9%

Em 2012, voltaram a observar-se diferentes desempenhos entre regiões, num contexto geral de valorização. Entre os países desenvolvidos, a Europa registou um ano de ganhos mais significativos dos respetivos índices acionistas, após o reforço dos mecanismos de combate à crise da dívida soberana. Evidenciaram-se os índices das economias do centro, destacando-se o DAX alemão, e em menor magnitude os da periferia, sendo de salientar, contudo, o ASE da Grécia com uma subida de 33,4%. Pela negativa, entre os periféricos, apenas a Espanha averbou uma queda, neste caso de -4,7%. O índice japonês subiu 21%, ganho concentrado no final do ano após o vitória do LDP na eleições legislativas ter despoletado o anúncio de mais estímulos económicos. Nos EUA, destaque para a variação positiva no ano, mesmo com o avolumar dos receios em torno da situação das finanças públicas.

O desempenho dos mercados acionistas emergentes em 2012 foi positivo, e em linha com o das praças acionistas dos mercados desenvolvidos, isto apesar dos receios de abrandamento económico. O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes subiu 15,2%, tendo-se assistido a um comportamento pouco uniforme, já que, enquanto na China o índice Shanghai valorizou 3,2%, na Índia o Sensex destacou-se ao subir 25,7%. No Brasil, o Bovespa apreciou-se 15,1%, e na Rússia a subida do índice respetivo foi de 5,2%.

### Mercado Obrigacionista

A evolução da crise da dívida soberana europeia condicionou o comportamento do mercado obrigacionista ao longo de 2012, à semelhança do verificado no ano anterior, afetando igualmente o segmento de obrigações de empresas, o qual encerrou com uma redução dos spreads, em particular do setor financeiro.

O contágio do receio acerca da sustentabilidade da dívida pública a países de maior dimensão, nomeadamente à Espanha e à Itália, ainda durante a fase final de 2011, estendeu-se e agravou-se ao longo dos primeiros sete meses de 2012, nomeadamente entre março e julho, mesmo após a realização de dois leilões de cedência de liquidez, por parte do BCE, de montantes ilimitados, a 3 anos, por forma a garantir a existência de liquidez no sistema financeiro europeu, o segundo em fevereiro e o primeiro ainda em dezembro de 2011.

As taxas de rendibilidade da dívida soberana de Itália e de Espanha esboçaram, ao longo da primeira parte do ano, uma tendência de subida, registando sucessivos máximos históricos, tendo a trajetória sido contrária no caso da Irlanda e, sobretudo, de Portugal.

A partir do final de julho, a atuação dos bancos centrais, em particular do BCE, foi determinante para o forte estreitamento dos custos de financiamento de Itália e de Espanha, ao mesmo tempo que contribuiu para que os de Portugal e da Irlanda mantivessem a tendência de decréscimo que nestes casos vigoravam desde o início do ano. O fator crucial para a inflexão da tendência de subida das taxas de rendibilidade de Itália e Espanha correspondeu à apresentação do novo mecanismo de compra de dívida soberana europeia o que, embora condicional a um pedido de ajuda à Comissão Europeia, tem um caráter ilimitado em termos dos montantes de compra de títulos de dívida por parte do BCE.

O estreitamento dos prémios de risco das obrigações da periferia, bem como de Itália e de Espanha, foram resultado ainda das decisões positivas das diversas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da Área Euro, em termos do reforço dos mecanismos de integração financeira e orçamental.



Apesar da redução do prémio de risco associado à crise da dívida pública europeia, tal não se traduziu numa inversão da trajetória descendente observada ao longo dos primeiros sete meses do ano das taxas de rendibilidade dos países com melhor qualidade creditícia.

As taxas de rendibilidade dos EUA e da Alemanha desceram em 2012, nos vários prazos da curva de rendimentos, algo que se verificou também nos países do centro da Europa. A tendência de queda, por efeito refúgio, levou a que, no final do mês de julho, tenham sido atingidos novos mínimos, no caso das taxas norte-americanas e germânicas. A diminuição das mesmas foi interrompida, na segunda metade do ano, em consequência das decisões referidas com o propósito de cimentar a integração financeira, as quais levaram a uma acalmia significativa dos receios dos investidores quanto à possibilidade de uma fragmentação da União Económica e Monetária.

As taxas de curto prazo nos EUA continuaram a beneficiar da manutenção da taxa diretora da Reserva Federal norte-americana num nível mínimo, da expectativa de que assim permanecerá durante um prolongado período de tempo dada a indicação do FED nesse sentido, e ainda do reforço das medidas de estímulo monetário ao crescimento económico. Assim, após um período inicial de alguma subida, estas desceram para patamares historicamente baixos em julho, antes de estabilizarem durante o resto do ano. Na Área Euro, registou-se um aumento, também durante os primeiros três meses do ano, antes da significativa redução das mesmas nos quatro meses seguintes, para o que contribuiu ainda a decisão do BCE de proceder, em julho, a um corte adicional da taxa de refinanciamento, fixando-a num novo mínimo de 0,75%, bem como cortar para 0% a taxa de remuneração dos depósitos.

As taxas de rendibilidade das maturidades longas, quer norte-americanas, quer germânicas, tiveram, ao longo de todo o ano de 2012, um desempenho muito sincronizado entre si. Após terem registado um aumento nos primeiros meses do ano, averbaram um forte declínio e, à semelhança das taxas de prazos mais curtos, atingiram níveis mínimos históricos, tendo estabilizado nos meses seguintes até ao final do ano. Para além de outros fatores já referidos que condicionaram o comportamento dos mercados, beneficiaram também da diminuição das pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau de arrefecimento económico.

No cômputo do ano, e tal como sucedeu no ano anterior, assistiu-se a uma queda maior das maturidades mais longas do que das mais curtas. Nos EUA, a taxa a 2 anos acabou por registar, ainda assim, um ganho muito marginal (+0,8 p.b.), e a taxa a 10 anos uma queda de -11,9 p.b., enquanto na Alemanha os 2 anos desceram -16 p.b., e os 10 anos diminuíram -51,3 p.b..

A queda da taxa de rendibilidade das obrigações da dívida pública portuguesa destacou-se na Europa. No cômputo do ano, a respetiva taxa a 10 anos, após ter atingido, logo no início do ano, o valor máximo desde a introdução do euro, corrigiu ao longo de todo o ano de 2012. A queda anual de -635 p.b. quase anulou o aumento de 676 p.b. registados durante 2011. A quase ininterrupta tendência de diminuição caracterizou, igualmente, as taxas de curto prazo, com os 2 anos a descerem -1236 p.b., neste caso mais do que anulando o aumento de -1180 p.b. observado em 2011.

Em termos do desempenho dos spreads das taxas de rendibilidade dos países da periferia face às alemãs, apenas os de Portugal e da Grécia registaram diminuições, no segundo caso fruto da reestruturação da dívida pública grega, renegociação das metas orçamentais e melhoria das condições de financiamento nos empréstimos realizados àquele país. No caso do português, o spread reduziu-se em -584 p.b., encerrando o ano no nível mais baixo desde março de 2011. Assistiu-se igualmente a um estreitamento destes diferenciais no caso das economias do centro, França, Holanda, Bélgica e Áustria, e inclusive de Itália. Entre os principais países, apenas o diferencial de Espanha aumentou, isto apesar da compressão registada durante a segunda metade do ano.

O contexto mais otimista teve reflexos no mercado de dívida privada, cujos spreads, após 2 anos de forte alargamento, registaram uma redução em 2012, beneficiando quer das decisões no seio da União Europeia para a resolução da crise da dívida soberana, quer da atuação dos principais bancos centrais.

O mercado primário revelou em 2012 uma assinalável melhoria, em particular após o verão, permitindo inclusivamente o financiamento de países periféricos, com destaque para as empresas portuguesas.

O setor financeiro beneficiou de forma notória com as medidas do BCE, e com as primeiras decisões no âmbito da criação de um futuro sistema bancário integrado, registando um forte estreitamento de spreads sobretudo na segunda metade do ano, mais pronunciado nas empresas financeiras do que nas empresas não financeiras.



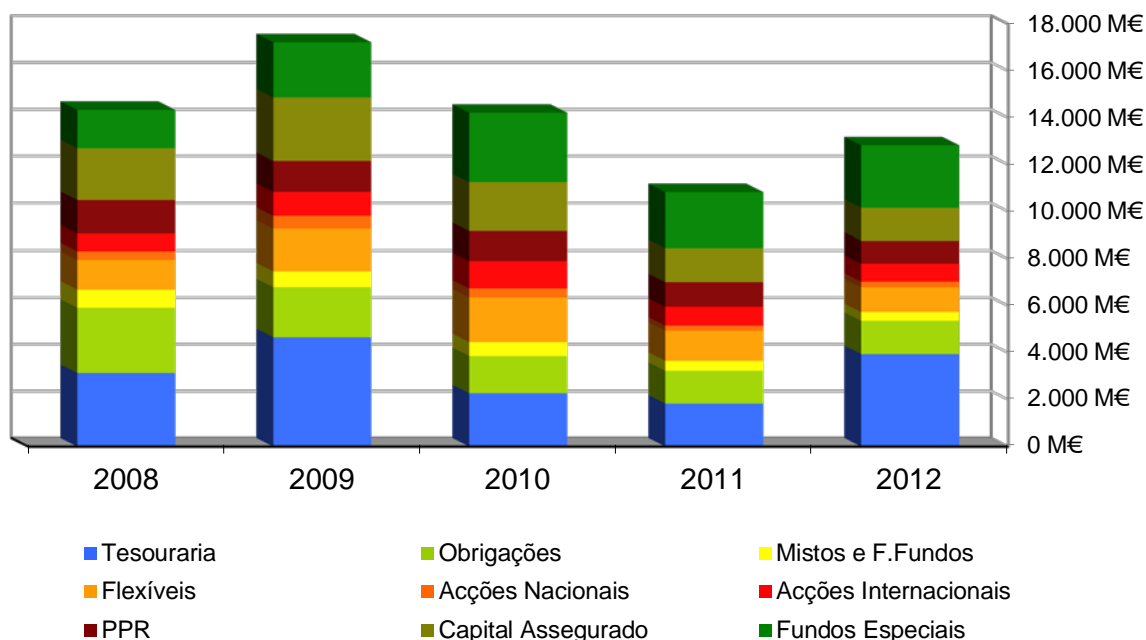
## MERCADO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS

No final de 2012, o valor dos fundos mobiliários geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 12.830 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a um acréscimo de 1.995 M€ (18%) face ao ano anterior.

Os Fundos de Tesouraria registaram um crescimento de 2.108 M€ (115%), regressando aos níveis de 2009, os Fundos Especiais de Investimento aumentaram 295 M€ (12%) e os Fundos de Obrigações 27 M€ (2%) As restantes categorias de fundos registaram decréscimos em 2012: os Fundos Flexíveis diminuíram 233 M€ (18%), os Fundos de Ações, no seu conjunto, baixaram 15 M€ (1%), os fundos PPR, 75 M€ (7%) e os Fundos de Capital Assegurado perderam 57 M€ (4%) com a liquidação de 9 fundos.

Os Fundos de Tesouraria e os Fundos Especiais de Investimento eram as categorias com maior dimensão no mercado português, com ativos 3.942 M€ e 2.664 M€, respetivamente, o que corresponde a mais de metade do volume do mercado de fundos mobiliários.

**MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS**



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Em 2012, o número de fundos mobiliários portugueses em atividade baixou de 299 para 273, devido à liquidação de 37 fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento e fundos de Capital Garantido, e à constituição de apenas 11 fundos.

No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 83% do mercado e a quota de mercado da Caixagest ascendia a 25% e mantendo a liderança do mercado.

## ACTIVIDADE DO FUNDO

### Caracterização do Fundo

O Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua atividade em 24 de Outubro de 2005, destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações de longo prazo superiores a 5.000€, sendo comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best.

A política de investimento do fundo tem como objetivo proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de unidades de participação de fundos que investem em projectos ou ativos associados ao segmento das Energias Renováveis, da Qualidade do Ambiente e das Licenças de Emissão de Carbono.

### Estratégia de Investimento

Os índices acionistas de empresas de energias renováveis (WilderHill) terminaram o ano com quedas em torno dos 6%, um comportamento contrário ao verificado nos índices acionistas mais generalistas. Durante o ano, assumiu particular destaque o comportamento dos índices de licenças de carbono (CERs e EUAs), que registaram fortes quedas, na sequência dos sucessivos adiamentos da votação para a redução de emissão de licenças por parte da Comissão Europeia e da decisão da Ucrânia e Polónia de emitirem mais licenças que o inicialmente esperado.

Perante este enquadramento negativo, o Fundo procurou aumentar a exposição em fundos com objetivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos com um perfil mais direcional. Em Janeiro, a carteira era composta por 80% de investimentos em fundos de retorno absoluto e 20% em fundos direcionais, tendo terminado o ano com uma exposição de 82% em fundos de retorno absoluto e 18% em fundos direcionais.

Os índices acionistas de empresas de energias renováveis (WilderHill) terminaram o ano com quedas em torno dos 6%, um comportamento contrário ao verificado nos índices acionistas mais generalistas. Durante o ano, assumiu particular destaque o comportamento dos índices de licenças de carbono (CERs e EUAs), que registaram fortes quedas, na sequência dos sucessivos adiamentos da votação para a redução de emissão de licenças por parte da Comissão Europeia e da decisão da Ucrânia e Polónia de emitirem mais licenças que o inicialmente esperado.

Perante este enquadramento negativo, o Fundo procurou aumentar a exposição em fundos com objetivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos com um perfil mais direcional. Em Janeiro, a carteira era composta por 80% de investimentos em fundos de retorno absoluto e 20% em fundos direcionais, tendo terminado o ano com uma exposição de 82% em fundos de retorno absoluto e 18% em fundos direcionais.

### Avaliação do desempenho

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor líquido global do fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 21.654.679,59 €, repartidos por 3.908.608,0000 unidades de participação. Desde o início do ano, o fundo registou uma rentabilidade líquida de 0,97% e uma volatilidade de 3,87%.

**Dados Históricos**

Anos	Valor UP	Número de UPs	Valor Líquido	Rendibilidade	Classe de Risco
2005	5,0125 €	1.383.476,0000	6.934.679,32 €		
2006	5,3145 €	6.543.096,0000	34.773.207,84 €	4,28%	3
2007	5,9378 €	8.657.650,0000	51.407.498,16 €	12,75%	4
2008	5,1899 €	8.676.274,0000	45.029.355,76 €	- 12,07%	3
2009	5,4733 €	7.679.767,0000	42.033.925,70 €	6,36%	3
2010	5,7317 €	6.535.253,0000	37.458.086,90 €	4,13%	2
2011	5,5364 €	5.152.725,0000	28.527.389,34 €	- 4,20%	4
2012	5,5403 €	3.908.608,0000	21.654.679,59 €	0,97%	2

*Dados relativos ao dia 31 de Dezembro de cada ano.*

*Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)*

*As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)*

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2012				2011		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2012	2011
		Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido					
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO FUNDO				
Unidades de participação	3	17.436.394	5.196.582	(1.029.813)	21.603.163	28.790.532	Unidades de participação	1	19.543.040	25.763.625	
DISPONIBILIDADES							Variações patrimoniais	1	407.639	1.124.823	
Depósitos à ordem	3	143.348	-	-	143.348	91.955	Resultados transitados	1	1.638.941	2.832.647	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							Resultado líquido do exercício	1	65.060	(1.193.706)	
Outros acréscimos e diferimentos	5	-	-	-	-	140			21.654.680	28.527.389	
							TERCEIROS				
							Comissões a pagar	5	28.512	32.811	
							Outras contas de credores	17	63.319	322.427	
Total do Activo		17.579.742	5.196.582	(1.029.813)	21.746.511	28.882.627			91.831	355.238	
							Total do Capital do Fundo e do Passivo		21.746.511	28.882.627	
Número total de unidades de participação em circulação	1				3.908.608	5.152.725	Valor unitário da unidade de participação	1	5,5403	5,5364	

O anexo faz parte integrante destes balanços.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS	Notas	2012	2011	PROVEITOS	Notas	2012	2011
<b>CUSTOS E PERDAS CORRENTES</b>				<b>PROVEITOS E GANHOS CORRENTES</b>			
Juros e custos equiparados:				Juros e proveitos equiparados:			
Outros, de operações correntes	5	11	7	Outros, de operações correntes	5	1.130	7.397
Comissões:				Rendimento de títulos	5	182.673	425.135
Da carteira de títulos	5	10	1	Ganhos em operações financeiras:			
Outras, de operações correntes	5 e 15	354.436	439.167	Na carteira de títulos	5	2.759.114	3.448.005
Perdas em operações financeiras:				Em operações extrapatrimoniais	5	-	33
Na carteira de títulos	5	2.432.366	4.311.085			<u>2.942.917</u>	<u>3.880.570</u>
Em operações extrapatrimoniais	5	15	-				
Impostos:				<b>PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS</b>			
Impostos sobre o rendimento	9	87.899	320.887	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		<u>9</u>	<u>-</u>
Outros custos e perdas correntes	15	3.129	3.129				
		<u>2.877.866</u>	<u>5.074.276</u>				
Resultado líquido do exercício		<u>65.060</u>	<u>(1.193.706)</u>			<u>2.942.926</u>	<u>3.880.570</u>
		<u>2.942.926</u>	<u>3.880.570</u>				

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	-	393.563
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	(6.937.769)	(8.130.555)
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo</b>	<u>(6.937.769)</u>	<u>(7.736.992)</u>
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Resgates de unidades de participação noutros OIC	11.439.327	9.975.654
Rendimento de títulos e outros activos	182.673	425.135
Pagamentos:		
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(3.951.073)	(2.787.629)
Outras taxas e comissões	(10)	(1)
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos</b>	<u>7.670.917</u>	<u>7.613.159</u>
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	-	31
Pagamentos:		
Operações cambiais	(15)	-
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>	<u>(15)</u>	<u>31</u>
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	996	6.109
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(325.778)	(409.227)
Comissão de depósito	(23.270)	(29.231)
Juros devedores de depósitos bancários	(11)	(7)
Impostos e taxas	(328.983)	(20.756)
Outros pagamentos correntes	(4.694)	(1.539)
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>	<u>(681.740)</u>	<u>(454.651)</u>
<b>Saldo dos fluxos monetários do período</b>	51.393	(578.453)
<b>Depósitos à ordem no início do período</b>	91.955	670.408
<b>Depósitos à ordem no fim do período</b>	<u>143.348</u>	<u>91.955</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeito do anexo às contas anuais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante os exercícios de 2011 e 2012, apresenta o seguinte detalhe:

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número total de unidades de participação em circulação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	32.676.265	1.949.175	1.036.201	1.796.446	37.458.087	6.535.253	5,7317
Subscrições	346.525	47.038	-	-	393.563	69.305	5,6787
Resgates	(7.259.165)	(871.390)	-	-	(8.130.555)	(1.451.833)	5,6002
Transferências	-	-	1.796.446	(1.796.446)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(1.193.706)	(1.193.706)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	25.763.625	1.124.823	2.832.647	(1.193.706)	28.527.389	5.152.725	5,5364
Resgates	(6.220.585)	(717.184)	-	-	(6.937.769)	(1.244.117)	5,5765
Transferências	-	-	(1.193.706)	1.193.706	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	65.060	65.060	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	19.543.040	407.639	1.638.941	65.060	21.654.680	3.908.608	5,5403

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre dos exercícios de 2010 a 2012, foi o seguinte:

Ano	Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
2012	Março	25.257.495	5,6074	4.504.325
	Junho	23.552.713	5,5315	4.257.896
	Setembro	22.841.615	5,5932	4.083.790
	Dezembro	21.654.680	5,5403	3.908.608
2011	Março	35.297.826	5,5973	6.306.280
	Junho	33.376.837	5,6732	5.883.295
	Setembro	30.645.610	5,5149	5.556.833
	Dezembro	28.527.389	5,5364	5.152.725
2010	Março	42.408.187	5,5414	7.652.994
	Junho	40.928.072	5,5445	7.381.686
	Setembro	38.564.693	5,5298	6.973.992
	Dezembro	37.458.087	5,7317	6.535.253

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes em função do Valor líquido global do Fundo apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Entre 0,5% e 2%	6	6
Até 0,5%	1.546	1.992
	-----	-----
Total de participantes	1.552	1.998
	=====	=====

## 2. VOLUME DE TRANSACÇÕES

O volume de transacções ocorrido durante os exercícios de 2012 e 2011, foi o seguinte:

	2012					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Unidades de participação	-	3.951.073	-	11.439.327	-	15.390.400

	2011					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Unidades de participação	-	2.787.629	-	9.975.654	-	12.763.283

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, os pedidos de subscrição e resgate recebidos durante o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do mês subsequente ao do pedido. Os pedidos de subscrição e resgate recebidos após o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do 2º mês subsequente ao do pedido. O pedido de subscrição/resgate é, portanto, efectuado a preço desconhecido, podendo o participante ter de aguardar um a dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual será efectuada a subscrição/resgate.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

O período de subscrição e de resgate mensal decorre até às 16 horas e 30 minutos de Lisboa, do dia 22 de cada mês.

No resgate de unidades de participação é cobrada ao participante uma comissão variável em função do prazo de detenção das unidades de participação, de acordo com as seguintes regras:

- i) 1,5% até 365 dias; e
- ii) 0% para prazos iguais ou superiores a 365 dias.

Não é cobrada comissão de resgate quando o participante for uma entidade que se encontre em relação de domínio ou de grupo, ou ligado no âmbito de uma gestão comum ou por participação de capital, bem como sobre fundos geridos pela Sociedade Gestora e por entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo. Adicionalmente, não são cobradas comissões de subscrição.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contabilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação subscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate. comissão não constitui proveito do Fundo.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, não foram cobradas comissões de resgate.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o valor das subscrições e resgates ascenderam a:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Subscrições	-	393.563
	=	=====
Resgates	6.937.769	8.130.555
	=====	=====

### 3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>			
	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais-valias</u>	<u>Menos-valias</u>	<u>Valor de mercado</u>
Valores Mobiliários Cotados:				
Mercado de Bolsa de Estados Membros EU				
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- NOVAENERGIA II 2010	7.950.000	4.387.306	-	12.337.306
- PF - WATER I	2.211.712	430.185	-	2.641.897
- IMPAX NEW ENERGY FUN	1.762.808	136.905	-	1.899.713
- PARVEST ENVIRONM.Opp	1.110.867	-	(37.338)	1.073.529
- EUROPEAN CARBON FUND	501.007	-	(284.599)	216.408
	<u>13.536.394</u>	<u>4.954.396</u>	<u>(321.937)</u>	<u>18.168.853</u>
Outros valores:				
Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados				
Unidades de participação				
- Luso Carbon Fund	2.500.000	-	(707.876)	1.792.124
- FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	242.186	-	1.642.186
	<u>3.900.000</u>	<u>242.186</u>	<u>(707.876)</u>	<u>3.434.310</u>
	<u>17.436.394</u>	<u>5.196.582</u>	<u>(1.029.813)</u>	<u>21.603.163</u>

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

	2011			Valor de mercado
	Custo de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	
Valores Mobiliários Cotados:				
Mercado de Bolsa de Estados Membros EU				
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- NOVAENERGIA II 2010	7.950.000	3.589.336	-	11.539.336
- PF - WATER I	2.973.823	336.444	-	3.310.267
- PARVEST ENVIRONM.Opp	2.614.714	-	(252.752)	2.361.962
- IMPAX NEW ENERGY FUN	1.762.809	312.070	-	2.074.879
- EUROPEAN CARBON FUND	844.005	-	(69.745)	774.260
	<u>16.145.351</u>	<u>4.237.850</u>	<u>(322.497)</u>	<u>20.060.704</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados em Portugal				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	125.586	-	4.625.586
	<u>4.500.000</u>	<u>125.586</u>	<u>-</u>	<u>4.625.586</u>
Outros valores:				
Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados				
Unidades de participação				
- Luso Carbon Fund	2.500.000	-	(3.515)	2.496.485
- FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	207.757	-	1.607.757
	<u>3.900.000</u>	<u>207.757</u>	<u>(3.515)</u>	<u>4.104.242</u>
	<u>24.545.351</u>	<u>4.571.193</u>	<u>(326.012)</u>	<u>28.790.532</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante os exercícios de 2011 e 2012, foi o seguinte:

	Depósitos à ordem
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	670.408
. Aumentos	-
. Reduções	( 578.453 )
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	91.955
. Aumentos	51.393
. Reduções	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	143.348

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição por moeda dos depósitos à ordem é a seguinte:

Moeda	2012	2011
EUR	142.331	90.923
USD	754	769
AUD	263	263
Total	<u>143.348</u>	<u>91.955</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, os depósitos à ordem em Euros encontram-se domiciliados na CGD e não são remunerados. Em 31 de Dezembro de 2011, os depósitos à ordem em Euros encontravam-se domiciliados na CGD, vencendo juros à taxa anual bruta de 1,01%.

#### 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Impostos sobre o rendimento” (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 180 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de “Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica “Rendimento de títulos” no exercício em que são recebidos ou quando a respectiva sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente na data de valorização do Fundo, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor do património líquido do Fundo, excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica “Comissões – Outras, de operações correntes” da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica “Comissões a pagar” do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor líquido global do Fundo no final de cada mês. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida corresponderá a um desses limites.

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do exercício.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira são registados no exercício em que ocorrem.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

	2012							
	Ganhos de Capital			Juros			Rendimento	Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	de títulos	
Operações à vista:								
Unidades de participação	2.202.002	557.112	2.759.114	-	-	-	182.673	2.941.787
Depósitos	-	-	-	-	-	1.130	-	1.130
	<u>2.202.002</u>	<u>557.112</u>	<u>2.759.114</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.130</u>	<u>182.673</u>	<u>2.942.917</u>

	2011							
	Ganhos de Capital			Juros			Rendimento	Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	de títulos	
Operações à vista:								
Unidades de participação	2.201.207	1.246.798	3.448.005	-	-	-	425.135	3.873.140
Operações cambiais	-	33	33	-	-	-	-	33
Depósitos	-	-	-	7.257	140	7.397	-	7.397
	<u>2.201.207</u>	<u>1.246.831</u>	<u>3.448.038</u>	<u>7.257</u>	<u>140</u>	<u>7.397</u>	<u>425.135</u>	<u>3.880.570</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Rendimento de títulos” corresponde aos rendimentos distribuídos pelos seguintes fundos de investimento:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
EUROPEAN CARBON FUND	157.673	350.385
IMPAX NEW ENERGY FUN	25.000	74.750
	-----	-----
	<u>182.673</u>	<u>425.135</u>
	=====	=====





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos associados a resgates e distribuições respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional, os quais são tributados à taxa de 20%.

Os juros de depósitos bancários em instituições de crédito no país são tributados por retenção na fonte à taxa de 25%, 26,5% ou 28%, consoante o seu vencimento tenha ocorrido entre 1 de Janeiro e 29 de Outubro de 2012, entre 30 de Outubro e 31 de Dezembro de 2012, ou venha a ocorrer após 1 de Janeiro de 2013, respectivamente. Adicionalmente, os juros de depósitos bancários em instituições de crédito estrangeiras são tributados autonomamente à taxa de 25%.

De acordo com o Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e com a legislação fiscal vigente, o Fundo não procedeu em 31 de Dezembro de 2012 ao registo de impostos diferidos passivos sobre os ganhos potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros, pelo facto de a tal não estar sujeito. No entanto, no dia 7 de Fevereiro de 2013, no seguimento das alterações fiscais decorrentes da entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2013, a CMVM veio estabelecer a obrigatoriedade de registo de impostos diferidos passivos sobre os ganhos potenciais que sejam gerados após 1 de Abril de 2013. Relativamente aos ganhos potenciais gerados até aquela data, o impacto fiscal decorrente dos mesmos só será reconhecido no exercício em que se proceder à alienação / resgate dos respectivos títulos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto sobre o rendimento:		
· Impostos pagos em Portugal:		
- Ganhos em unidades de participação	45.081	234.270
- Rendimento de unidades de participação	42.535	85.027
- Juros de depósitos à ordem	283	1.590
	-----	-----
	87.899	320.887
	=====	=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Fundo detinha os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

Moedas	2012						Posição Global
	Posição cambial						
	À Vista	A Prazo				Total	
Forw ard		Futuros	Opções				
AUD	335	-	-	-	-	335	
USD	995	-	-	-	-	995	
Contravalor em Euros	<u>1.017</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.017</u>	

Moedas	2011						Posição Global
	Posição cambial						
	À Vista	A Prazo				Total	
Forw ard		Futuros	Opções				
AUD	335	-	-	-	-	335	
USD	995	-	-	-	-	995	
Contravalor em Euros	<u>1.032</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.032</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresentam o seguinte detalhe:

Custos	2012	
	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	322.778	1,3302%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	23.056	0,0950%
Taxa de supervisão	8.602	0,0354%
	<u>354.436</u>	
Outros custos	3.129	0,0129%
Comissões e taxas indirectas	463.747	1,9112%
Total de custos imputados ao Fundo	<u>821.312</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	24.265.393	
Taxa global de custos (TGC)	3,3847%	

Custos	2011	
	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	398.880	1,1994%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	28.492	0,0857%
Taxa de supervisão	11.795	0,0355%
	<u>439.167</u>	
Outros custos	3.129	0,0094%
Comissões e taxas indirectas	624.774	1,8785%
Total de custos imputados ao Fundo	<u>1.067.070</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	33.257.736	
Taxa global de custos (TGC)	3,2085%	

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Comissões e taxas indirectas" apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
NOVAENERGIA II 2010	240.011	248.205
Luso Carbon Fund	54.795	74.253
IMPAX NEW ENERGY FUN	46.866	47.625
FLORESTA ATLÂNTICA	41.023	37.919
PF - WATER I	28.616	31.869
PARVEST ENVIRONM.Opp	22.539	58.173
FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	17.781	93.848
EUROPEAN CARBON FUND	10.325	29.247
Outros	1.791	3.635
	<u>463.747</u>	<u>624.774</u>
	=====	=====

17. OUTRAS CONTAS DE CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos a regularizar	61.754	319.298
Outros	1.565	3.129
	-----	-----
Total	63.319	322.427
	=====	=====

A rubrica de "Impostos a regularizar" inclui o imposto a pagar relativo a rendimentos obtidos fora do território português no decurso do exercício, o qual será liquidado até ao final do mês de Abril do ano seguinte, em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e do nº 1 do artigo 43º e do nº 2 do artigo 67º do Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, do Fundo Especial de Investimento Aberto “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS” (Fundo), gerido pela Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Entidade Gestora), incluída no Relatório de Gestão, no Balanço, que evidencia um total de 21.746.511 Euros e um total de capital do Fundo de 21.654.680 Euros, incluindo um resultado líquido de 65.060 Euros, na Demonstração dos resultados e na Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e no correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo (em especial no que se refere a valores não cotados em mercado regulamentado e a derivados negociados fora de mercado regulamentado); (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos; (v) a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizadas fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é, para os aspectos materialmente relevantes, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”, gerido pela Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfase**

6. De acordo com o Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e com a legislação fiscal vigente, o Fundo não procedeu em 31 de Dezembro de 2012 ao registo de impostos diferidos passivos sobre os ganhos potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros, pelo facto de a tal não estar sujeito. No entanto, no dia 7 de Fevereiro de 2013, no seguimento das alterações fiscais decorrentes da entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2013, a CMVM veio estabelecer a obrigatoriedade de registo de impostos diferidos passivos sobre os ganhos potenciais que sejam gerados após 1 de Abril de 2013. Relativamente aos ganhos potenciais gerados até aquela data, o impacto fiscal decorrente dos mesmos só será reconhecido no exercício em que se proceder à alienação / resgate dos respectivos títulos. Em 31 de Dezembro de 2012, os ganhos potenciais líquidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros ascendiam a, aproximadamente, 4.630.000 Euros, aos quais corresponderia, assumindo a compensação de ganhos e perdas potenciais, um imposto de, aproximadamente, 926.000 Euros.

Lisboa, 25 de Março de 2013



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura